Valor ECONÔMICO
Publicado em 12/06/2024 - 05:58

Plano de contenção de gastos é debatido com base aliada

Propostas de contenção de despesas dividem base

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

As propostas em discussão na equipe econômica para contenção de despesas dividiram a base aliada. De um lado, parlamentares de centro-direita cobram que o Executivo faça a "lição de casa" e corte gastos comemoram que o tema finalmente entrou na pauta do governo Lula (PT). De outro, a esquerda critica a ideia de limitar o dinheiro para saúde e educação.

A equipe econômica estuda limitar o aumento das despesas com saúde e educação a 2,5% de ganho real (acima da inflação) por ano, mesmo percentual que é o teto de crescimento das despesas com o novo arcabouço fiscal. Hoje, o piso é estabelecido com base na receita, que tem crescido anualmente acima desse percentual.

Um deputado do PT que preferiu não se identificar disse que isso causará grande turbulência na base social do partido e do governo e que não será de fácil aprovação. Lembrou que os pisos da saúde e educação só podem ser modificados por uma proposta de emenda constitucional (PEC), o que exigiria grande esforço político e daria munição para a oposição.

Além disso, citou que as universidades federais já estão enfrentando a primeira greve em anos por reajustes para os professores e funcionários e que a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é, justamente, ampliar as verbas e investimentos no setor.

Mais grave ainda, alertou esse deputado do PT, será se a proposta avançar para limitar também o crescimento das aposentadorias que são vinculadas ao salário mínimo. A proposta foi sugerida pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevista ao **Valor** e prontamente rebatida pelos principais líderes do partido.

Líder do PCdoB na Câmara, o deputado Márcio Jerry (MA) ressaltou que é preciso aguardar para conhecer qual é a proposta do governo. "Mas limitar os investimentos em educação e saúde públicos sempre foram pautas que nós, da esquerda, nos posicionamos contra", disse.

O "pacote" de contenção de despesas foi debatido rapidamente na reunião de líderes dos partidos da base aliada nesta terça-feira e criticado por deputados de esquerda presentes na reunião, segundo apurou o **Valor**. Para eles, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve continuar a focar no aumento da base de arrecadação e em extinguir "jabuitis tributários".

Em reunião antes da devolução da medida provisória (MP) do PIS/Cofins, eles defenderam que o governo deveria insistir no texto, que limitava as compensações tributárias com este imposto, e evitar o corte de investimentos em pleno ano eleitoral. A equipe econômica avalia fazer um contingenciamento em julho, às portas do início das campanhas municipais.

Já deputados de centro-direita que apoiam o governo Lula celebraram que o tema da contenção das despesas entrou na pauta do Executivo, mas também aguardam para ver o conjunto de medidas que serão propostas dentro desse "pacote" e ressaltam que não pode ficar restrito a mudar o indexador de aumento dos gastos com educação e saúde.

Vice-líder do governo, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) afirmou que o governo precisa realinhar as expectativas de que perseguirá o déficit zero após frustrações nas receitas. "Esse anúncio cria a expectativa positiva de mudar a estratégia do ajuste fiscal, colocar também a contenção de despesas para dentro do jogo. As medidas de aumento da base de arrecadação fazem sentido e são completamente justas, mas estão se esgotando e não são suficientes."

Parlamentares de centro-direita dizem também que, apesar das críticas da esquerda, propostas de corte de gastos têm condições de prosperar porque são defendidas pelos partidos da base aliada mais "ampla".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 14

Copyright © Clipclap 2025.